



CEDI - P. I. B.  
DATA 10/11/86  
COD. ENDO6

412

ÁREA INDÍGENA ENAUENÊ-NAUÊ (SALUMÃ)

Rinaldo Sérgio Vieira Arruda

Outubro  
1984



## RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO SOBRE O GRUPO INDÍGENA SALUMÃ (ENAUE- NÊ-NAUÊ)

---

### INTRODUÇÃO

Os dados apresentados neste relatório são fruto de pesquisa de campo realizada durante o mês de julho de 1984<sup>(1)</sup> e no final de setembro e início de outubro do mesmo ano, como participante do GT instituído pela FUNAI através da Portaria nº 1766/E, de 19/09/84, o qual objetivava a elaboração de estudos visando a definição dos limites da área indígena Salumã. Inclui também informações de outras pesquisas de campo realizadas pelo GT criado pela Portaria nº 630/E de 22/10/79, pelo GT criado pela Portaria nº 357/P de 09/07/81, pelo Pe. Meliã (antropólogo da Missão Anchieta, que viveu dois anos com os índios) e, finalmente, os dados históricos disponíveis sobre o grupo em questão.

### I. Território Tradicional

As referências aos Salumã são raras na literatura etnográfica, mas suficientes para comprovar sua presença histórica da região.

Pe. Aires Casal na "Corografia Brasílica" de 1817, os localiza no Rio Juruena:

"Os Tamarês dominam as adjacências do rio Juyna, primeiro ramo notável dos que engrossam o Juruena pela margem ocidental; os Paccahás vivem ao norte dos derradeiros; os Sarummás mais ao Setentrião, encostados ao mesmo Juruena; e mais abaixo os Uhayhás".

---

(1) Contratado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE-, dentro do Projeto de Avaliação de Áreas Indígenas do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas na Área de Influência do Projeto Polonoroeste.



Rondon, por sua vez, é informado pelos Pareci, que os identificam a um sub-grupo desaparecido:

"Os Uaimarês ainda falam em 2 grupos seus parentes, que não sabem dizer para onde foram: o grupo Salumã e o grupo Oazanê. Durante a expedição de 1909 o Major Libânico esperava encontrá-los. Acrescenta o Major que os Oazanê eram filhos de Kamaikorê e os Salumã seus netos. Ambos viviam na margem esquerda do Juruena. Os Oazanê faziam canoas de casca de Jatobá, comiam peixes e algumas aves (mutum, jacú, inhambú) e não comiam 'bicho de pelo'. Salumã comia tudo, como Uáimarê".

Essa informação é correta, mas os nomes estão trocados. Pois, são os Salumã que navegam em canoas de casco de Jatobá e só comem peixes.

Segundo Roquette Pinto ("Rondonia", São Paulo, Ed. Nacional, 1950) Rondon os encontra em 1912:

..."agora mesmo, em 1912, Rondon encontrou em plena idade da pedra um grupo que lhe deu o nome nacional de Salumãs, vivendo, porém, em plena Serra do Norte, a mais de 200 kms. a Noroeste do ponto em que a linha telegráfica atravessa o Juruena".

Estes autores, no entanto, por falta de informações mais precisas, tendiam a considerar esse grupo como um grupo Nhambiquara. Segundo o Pe. Meliã ("E foram chamados Salumã", texto não publicado, xerox.); até mesmo Lévi-Strauss (*The Nhambicuara* HSAI, III, 362), sem maior exame crítico aceita a mesma hipótese:

"The Indian mention other tribes north of the Nhambicuara: one called Saluma, Saruma, or Salondê is almost certainly the Mundurucu..."

Segundo a tradição tribal, os Salumã, se originaram de uma pedra situada no Rio Papagaio, logo abaixo de Utiariti. Dalí teriam se expandido ocupando o rio Juruena, as cabecei-



ras do rio Aripuanã. Há tempos guerrearam com os Rikbaktsa na barra do rio Papagaio e do rio Juína. Guerrearam extensivamente com os Cinta-Larga, provavelmente com o grupo que se encontrava na altura do paralelo 11°30', nas cabeceiras do rio Juína Mirim, os quais foram massacrados a mando de fazendeiros em 1961. Contam os Salumã que na última batalha contra os Cinta Larga, no rio Joaquim Rios, há cerca de 25 anos atrás, perderam 59 homens.

A partir de informações históricas disponíveis, do testemunho dos grupos tribais "vizinhos" (Rikbaktsa, Nhambiquara, Cinta-Larga e Pareci), e com base na tradição tribal, seu território tradicional parece ter compreendido a seguinte região: ao norte estendia-se das cabeceiras do rio Aripuanã até o rio Tenente Marques, para além da Serra do Norte, englobando portanto parte do Parque Indígena do Aripuanã, a faixa de terra entre a Rodovia AR-1 e o rio Iquê, além da área atual destinada a reserva Ecológica Iquê (decreto nº 86.061/81). Para o sul, estendia-se sobre a área atravessada pelos rios 12 de outubro, Juruena, Sapezal e Papagaio, mais ou menos até a altura em que eles encontram a linha telegráfica de Rondon. A oeste estendia-se até o Rio Tenente Marques e a leste até o rio Juruena e Papagaio.

## II. Contato e Assistência

Os Salumã foram contatados pela Missão Anchieta em 1974, por uma equipe formada pelo Pe. Thomáz de Aquino Lisboa, o irmão Vicente Canãs e um índio Nhambiquara, Zé Roberto, pois pensava-se que se tratava de um grupo de Nhambiquaras arreios. Numa segunda visita, foi levada também uma família de índios Pareci, que já diziam que esses eram índios Salumã. Nessa ocasião constatou-se que, com alguma dificuldade, ajudados por gestos, os Pareci conseguiam comunicar-se com os Índios contatados. Diz a esse respeito Pe. Meliá que:



... "é fora de dúvida que se trata de uma língua Aruak como a dos Pareci, mas com uma diversidade maior que a propriamente dialetal".

Foi nessa ocasião que um dos índios Pareci disse entender que esses índios novos se auto-denominavam Salumã.

Na verdade, como vimos, era assim que os Pareci e outros grupos os denominavam, já na época em que Rondon andou pela região. Só em 1983, depois de anos de convivência e de aprendizado da língua é que Irmão Vicente Cañas descobriu sua verdadeira auto-denominação: ENAUENÊ-NAUÊ, sendo Salumã apenas um nome próprio, masculino.

Desde a época do contato são assistidos pela Missão Anchieta, que passou a manter na área, a partir de 1977, o irmão Vicente e uma atendente de enfermagem. Durante aproximadamente dois anos o antropólogo Pe. Meliá também habitou entre eles realizando pesquisas com o objetivo de descrever a vida social, econômica e religiosa dos ENAUENÊ-NAUÊ.

Segundo Vicente, os maiores problemas de saúde que os afligiam na ocasião do primeiro contato eram os dentes muito estragados, e a verminose, endêmica na área e da qual muitos morriam. Passou a dar a toda a população, a cada 6 meses, remédio de amplo espectro que combate praticamente todos os tipos de vermes comuns na região, diminuindo o número e a gravidade dos casos. Hoje a verminose está sob controle. Algumas vezes apanharam gripe, tratada a tempo com aspirina, xarope e, nos casos muito graves, com antibióticos em doses mínimas, não ocorrendo nenhuma morte. Além disso, foram todos vacinados contra sarampo em 1974, por enfermeira da Missão, e contra tuberculose em 1984, por ocasião de uma visita da Equipe Volante de Saúde da 5a. Delegacia Regional da FUNAI. Os dentes, quando muito estragados, são arrancados por Vicente, que recentemente aprendeu e começou a fazer dentaduras para os índios que delas necessitam.

A atuação da Missão na área da saúde faz questão de respeitar as práticas tradicionais dos índios, limitando-se a in



tervir apenas nos casos em que se faz necessário e de comum acordo com os xamãs. Desse modo, até agora as duas práticas têm se mostrado compatíveis.

Não falam português e sua cultura tradicional permanece intacta, não apresentando praticamente nenhum grau de dependência da sociedade nacional, a não ser no que se refere à garantia de seu território e à defesa contra as doenças trazidas pela população envolvente.

Com relação a instrumentos de trabalho, por ocasião do primeiro contato já possuíam algumas lâminas de metal e um outro machado, provavelmente conseguidos com outras tribos da região, que já os utilizavam. Costumavam também usar pedaços de fio da linha telegráfica para confeccionar anzóis, presos com cêra e linha de algodão. A Missão introduziu apenas linha de nylon, anzóis, facões, foices, machados e enxadas, em quantidades limitadas, substituindo-os quando necessário.

### III. Relações com a População Regional

Pouco após o estabelecimento do primeiro contato, em 1974, os Salumã por duas vezes desceram o Rio Juruena e realizaram verdadeiros saques a uma fazenda, pegando o que lhes interessava, mas sem a ocorrência de violências, pois os peões já estavam avisados da proximidade dos recém-contatados.

Para satisfazer a curiosidade dos índios em relação ao mundo dos brancos, depois de muita insistência por parte deles, irmão Vicente e o Pe. Thomáz de Aquino levaram o "Capitão" e um seu cunhado para uma visita de alguns dias a Cuiabá. Satisfeita a curiosidade, tranquilizaram-se e não pedem mais para sair de sua terra.

Irmão Vicente organizou também encontros com os índios Menku, Pareci, Rikbaktsa, Nhambiquara e Cinta-Larga em épocas diversas, onde foram trocados presentes. O último encontro foi em 1981, com os Cinta-Larga, seus antigos inimi-



gos. Tranquilizados pelo clima de amizade que se estabeleceu e assegurados de que definitivamente não sofreriam mais ataques dos Cinta-Largas, os índios deixaram de evitar a ocupação definitiva das cabeceiras dos rios Kauinare, Olouinã e Joaquim Rios, mudando até a localização de algumas das aldeias.

Costumam aventurar-se por vezes fora de seu território, mas sem estabelecer contatos mais regulares com os civilizados que porventura encontram. Uma exceção é o Sr. Antonio (administrador da Fazenda Juruena) e sua família, os quais já receberam algumas visitas pacíficas e amistosas de grupos de índios Salumã.

Porém, de maneira geral, os contatos com a sociedade nacional estiveram restritos à presença constante de irmão Vicente e da atendente de enfermagem (nos primeiros anos Therezinha e atualmente Dorothea), à estadia prolongada do Pe. Meliã e a encontros espaçados e rápidos com alguns elementos da Missão e com os grupos de trabalho da FUNAI que visitaram a área.

À medida em que as frentes da expansão da sociedade nacional avançavam e cercavam a área, os índios, em suas andanças, puderam ver seu efeito predatório em relação à mata e aos rios, dos quais dependem: derrubadas e estradas aproximaram-se cada vez mais, levando-os ao temor da destruição de seus meios de vida.

No mês de agosto (conforme comunicado da Missão Anchieta ao Diretor do DPI em Brasília. (FLS. 233 do Processo nº 292/78) encontraram próxima à divisa da área ecológica Iquê, um picadão, cerca de arame, um acampamento de trabalhadores e um trator de esteira, sem ninguém no local. Arrebentaram a cerca, queimaram o barraco do acampamento e quebraram o mais que puderam do trator. Seguindo o picadão, chegaram até uma casa da reserva ecológica, à beira da estrada AR-1, onde também não encontraram ninguém, arrombando a porta e depredando a casa.



Isso ocorreu em meados de agosto. No início de setembro, encontraram uma picada aberta próxima a barra do rio Alouinã com o Juruena, dentro de suas terras. Essa picada cruzava o rio Alouinã (onde encontraram árvores cortadas servindo de pinguela) e seguia em direção às cabeceiras do rio Preto, atravessando o córrego Kauinare. Sairam em 25 homens seguindo a picada, objetivando encontrar quem havia invadido suas terras dessa forma. A picada se alongou saindo de seu território, mas eles a seguiram até encontrar os invasores, dos quais dois foram mortos e dois escaparam com graves ferimentos.

Dessa maneira, após dez anos de contato pacífico com a sociedade nacional, acontecem os primeiros conflitos devidos, fundamentalmente, ao não reconhecimento oficial dos limites de seu território.

#### IV. População

A eficiência da assistência prestada pela Missão Anchieta fica demonstrada pela taxa de crescimento populacional do grupo. Segundo os dados censitários referentes à população contatada até agora, de 1977 até 1984 houve uma taxa de crescimento de 29,26%.

<u>ANO</u>	<u>POPULAÇÃO</u>
1977	123
1979	126
1981	131
1983	148
1984	159 (outubro)

A população atual discriminada por faixa etária é a seguinte:





<u>Faixa Etária</u>	<u>Masc.</u>	<u>Fem.</u>	<u>Total</u>
0 - 6	30	28	58
7 - 13	7	23	30
14 - 20	9	12	21
21 - 27	7	5	12
28 - 34	2	5	7
35 - 41	5	2	7
42 - 48	6	6	12
49 - 55	5	4	9
56 - 62	1	2	3
62 - 69	0	0	0
70 e +	0	0	0
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>87</b>	<b>159</b>
Homens:	72		
Mulheres:	87		
<b>Total</b>	<b>159</b>		

#### V. Aspectos da Vida Social

Os Enauenê-Nauê (Salumã) contam com 159 indivíduos que, dependendo da época e das atividades a serem realizadas ocupam alternadamente cerca de oito aldeias distribuídas, conforme assinalamos no mapa anexo, por todo seu território.

O tempo de permanência maior é quando todos estão reunidos na aldeia principal, a maior delas, situada entre o rio Iquê e o Joaquim Rios. Esta aldeia possui 9 malocas, ocupadas por famílias extensas. O interior das malocas é dividido com esteiras marcando o espaço onde dormem os casais com os filhos menores e o espaço de circulação onde os filhos maiores e eventuais visitas armam suas redes. Na área de uso comum existe um girau onde ficam guardados os arcos, flechas, bordunas, panelas e cerâmica, cabaças e uma infinidade de objetos. As casas, de forma cilíndrica, são distribuídas num círculo imperfeito, ao redor da casa das flautas de forma cônica. Nu-



meras trilhas saem da aldeia em direção às roças dispostas a seu redor.

Faltam estudos mais aprofundados sobre sua organização social. Segundo as observações de Vicente e do Pe. Meliá, o grupo parece ser dividido em metades e em clãs. A chefia é hereditária, passando de pai para filho. O chefe é sempre um grande ritualista e assessorado por mais três xamãs. Ele se caracteriza principalmente por ser o guardião da tradição tribal, preparado desde criança (assim como seus irmãos, possíveis substitutos em caso de necessidade) para assumir estas funções.

A regra de residência é matrilocal, a descendência patrilinear e o casamento parece ser monogâmico.

As outras aldeias são menores e não tem casa das flautas. Visitei uma delas, próxima à barra do rio Camaroré com o 12 de outubro. Compunha-se de 7 casas, agrupadas sem ordem aparente (talvez pela falta do ponto de referência que na aldeia principal é constituído pela casa das flautas. As casas são menores e mais toscamente construídas do que as da aldeia principal. Os rituais, realizados em certas épocas do ano na aldeia principal, obedecem a um ciclo de 3 anos uns, e de 4 anos outros, assim como as atividades dessa aldeia, que mudam de um ano para o outro acompanhando este ciclo.

Seu sistema religioso, mitológico e os lugares sagrados foram até agora insuficientemente estudados. Porém, sabe-se que localizam um espírito mau, que traz as doenças, levam as pessoas à morte, chamado IACAIRITI, no tópo dos morros. O espírito bom, que traz a vida, a fartura, chamado IOTATAUÊ, mora no "caixão de pedras" próximo a ilha Ceci no rio Juruena. Outros locais a que atribuem um caráter sagrado são principalmente o rio Olouiná, mas também inúmeras corredeiras e cachoeiras existentes nos rios e córregos que atravessam seu território.



## VI. Atividades Produtivas

Os Enauenê-Nauê são essencialmente pescadores, complementando sua dieta com roças, coleta de raízes, frutas silvestres e mel. Não caçam e não costumam comer carne, alimentando-se raramente apenas de carne branca moquinhada de algumas espécies de aves, como o macuco, o jacumin, o jacú e o mutum.

Tradicionalmente plantam milho fofo, mandioca brava, cará, inhame, algodão, feijão-vagem e araruta. Irmão Vicente introduziu amendoim, batata e outras espécies de mandioca e milho. Os principais produtos da coleta são a bacaba, mel, coró do cerrado e formigas, cada família possuindo seu próprio formigueiro. Não costumam beber água pura, preferindo o consumo de chicha (não fermentada) de mandioca, milho, bacaba ou mel. Comem também rãs, girinos e produzem sal de palmito que retiram do tronco de palmeiras.

No entanto, a pesca é a base de sua alimentação, vindo em segundo lugar a mandioca e o milho. O peixe é pobre em hidrato de carbono derivando daí a importância do consumo de mel e de raízes silvestres para equilibrar sua dieta alimentar.

A pesca é realizada principalmente através da técnica das barragens, as quais variam de tamanho conforme a largura do rio, chegando a alcançar até 30 metros de comprimento por três de altura. O tempo de construção das barragens depende de seu tamanho e do tamanho do grupo que empreende a tarefa mas leva em média, uns quatro dias. Começa com a coleta do cipó, a derubada e preparo dos troncos e por fim a montagem. Preparam em seguida as armadilhas e as prendem na barragem, a qual é toda tapada com folhas, sobrando apenas os orifícios das armadilhas para a passagem da água. Retiram as armadilhas três vezes por dia e moqueiam todo o peixe, que fica desta forma estocado para consumo posterior durante os rituais e o preparo das roças.



Pescam também com timbô e mais raramente com anzol. Os homens pescam, fazem a derrubada e o plantio das roças, coletam mel, frutas e raízes, fabricam arcos, flechas, colares de fio de algodão com coquinhos e penas, com dentes de onça e de macaco. Fazem também as grandes canoas, anteriormente de casco de jatobá, atualmente de tronco de cajú do mato, usando o machado, inchô ou enxadão.

As mulheres colhem, coletam frutas e raízes, preparam o alimento, tecem o algodão para a confecção de redes, braçadeiras e tangas (usadas pelas mulheres). Fazem também xiris, esteiras, peneiras, ralos para a mandioca, panelas de cerâmica (mistura de barro e cinzas com o interior tingido de genipapo e faveiro) onde os alimentos são preparados. Além disso, usam cuias e cabaças.

As maiores barragens para a pesca são montadas tradicionalmente nos rios Iquê, 12 de outubro, Joaquim Rios e Alouiná, mais inúmeros outros cursos d'água menores são fechados para pesca de barragem ou com timbô, ao longo desses rios e dos rios Juruena, Kauinare, Anasseuina, Camararé, Papagaio e Sapezal, conforme foi constatado pelos grupos de trabalho que estiveram na área.

As roças de mandioca, cará, inhame, feijão, algodão, araruta e cabaça costumam ser plantadas ao redor da aldeia principal e as roças de milho próximas às outras aldeias. Para o plantio os índios dependem quase que exclusivamente das matas próximas aos cursos d'água, sendo toda a terra do campo inaproveitável para a agricultura. Mesmo nas melhores terras a fertilidade é bastante baixa: utilizam a mesma terra para a mandioca por quatro anos e para o milho três anos. Quando a terra não é boa mudam a cada ano.



## VII. Ciclos Produtivos, Organização do Trabalho e Ocupação do Espaço

Acompanhando sua forma de organização social, estruturada pelas grandes divisões do sistema de parentesco, as atividades econômicas necessárias à sobrevivência dos Enauenê - -Nauê são realizadas ora comunitariamente (roças de mandioca, feijão, algodão, batata, etc.), ora pelos grupos clânicos (pesca de barragem) e ora pelas famílias (roças de milho e coleta de mel, raízes, etc.).

As atividades comunitárias, entre as quais além das roças de mandioca se incluem todos os rituais, devem contar com a participação de todas as famílias por cerca de 5 meses no ano. Realizam-se, portanto, ao redor da aldeia principal, maior e diferenciada das outras, pois deve abrigar toda a população e manter a casa das flautas, necessária para os rituais.

As outras aldeias destinam-se a estadias mais curtas (porém regulares e com certo tempo de permanência) e para um número menor de pessoas. Para elas se transfere a população, segundo a época do ano e de acordo com a divisão em unidades de trabalho, familiares ou clânicas, conforme requerem as atividades a serem desenvolvidas.

Estas atividades são ordenadas em sintonia com a preservação ecológica e visando a maximização na utilização dos recursos disponíveis. Por exemplo, pesca de barragem, só se realiza após a desova dos peixes. Por sua vez, a localização das aldeias obedece a uma rotatividade de lugares dentro de um mesmo território, acompanhando o esgotamento da fertilidade da terra e evitando-se derrubadas muito extensas numa mesma área. Dessa forma, a mata pode se restaurar sem grande desequilíbrio ecológico e as roças antigas de mandioca e outros tubérculos passam a se constituir ao mesmo tempo em locais de armazenamento alimentar. Não raro, os índios coletam alguns tubérculos nesses locais de roças abandonadas quando em movi-



mento entre uma e outra aldeia.

No mes de janeiro, toda a população se estabelece na aldeia principal para os rituais que antecedem a pesca de barragem. No mês de fevereiro os grupos clânicos transferem-se para as aldeias próximas aos locais das grandes barragens onde ficam nessa atividade até meados do mês de abril, quando voltam a reunir-se na aldeia principal dando início aos rituais que antecedem e acompanham o preparo das roças de mandioca. Esses rituais e o preparo das roças se estendem até meados de julho, quando as famílias dispersam-se pelo território ocupando as outras aldeias e preparando as roças de milho, cujo plantio termina em meados do mês de setembro. Daí voltam todos a se reunirem na aldeia principal para novos rituais e colheita das roças de mandioca. Em meados de outubro separam-se novamente em famílias rumando para as outras aldeias iniciando a temporada de coleta de mel (principalmente frutas, raízes silvestres, taquara para flechas, casca de árvore para feitura das bocas das armadilhas de pesca, etc.). Desenvolvem estas atividades até o início do mês de dezembro. Nesse mês empreendem a colheita do milho e no início de janeiro reúnem-se novamente na aldeia principal para os rituais e o plantio de mandioca. (Vide quadro ilustrativo).

Realizado esse ciclo de atividades ocupam o seguinte território, conforme assinalado no mapa anexo:

Rio Juruena: roças de milho, aldeamento, barragens nos córregos, coleta de mel, frutas e raízes silvestres.

Córrego Anasseuina: barragens, roça de milho, aldeamento.

Córrego Kauinarê: barragens, frutas silvestres e mel, aldeamento, taquaral para flechas, usado conjuntamente com os índios Rikbaktsa e Menku.

Rio Olouinã: considerado sagrado, as maiores barragens para pesca, aldeamento, coleta de mel.



Rio Camararé: aldeamentos, roças de mandioca, cará, algodão, araruta, feijão, milho. Pegam timbó para pescaria.

Rio Iquê: roças de mandioca, cará, algodão, araruta, batata, feijão, milho. Casca de árvore para armadilhas de pesca, aldeamentos e barragens.

Rio Joaquim Rios: roças de milho, taquara para flautas sagradas, árvores para a produção de sal, cemitérios antigos.

Rio 12 de Outubro: coleta de mel e frutas, roças de milho.

Rio Mutum: barragens, coleta de mel.

Rio Papagaio: coleta de mel, frutas e raízes silvestres, pesca com timbó.

Rio Sapezal: coleta de frutas e locais de pesca.

#### VIII. Definição da Área: Situação Atual e Propostas Existentes

Conforme consta do processo 0292/78 referente aos índios Salumã as propostas existentes são as que se seguem:

Através de ofício de 20/06/78, a Missão Anchieta apresentou a primeira proposta para interdição da área indígena Salumã. No mesmo ano, no mês de agosto, o governo do Estado de Mato Grosso doou à SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) uma área de 210.000ha., dos quais 56.000ha. sobrepunham-se à proposta para interdição.

Através de entendimentos com a SEMA, o Presidente da FUNAI instituiu pela Portaria nº 630/E de 22/10/79 o primeiro Grupo de Trabalho, composto por membros da FUNAI, SEMA e Missão Anchieta para estudar os limites da área. As conclusões desse GT foram as seguintes:

- 1) que a área sobreposta FUNAI/SEMA devia fazer parte da área indígena.



- 2) que além da área proposta pela MIA, devia ser incluída uma área além do Rio Olouiná, tendo como limite a divisa da Fazenda Londrina, seguindo os limites naturais — Rio Preto.

Estas conclusões foram aceitas pela FUNAI e pela SEMA em reunião realizada em 01/02/80.

Posteriormente com o objetivo de se proceder aos estudos finais visando a definição da área indígena Salumã, foi constituído outro GT, através da Portaria nº 1057/E de 30/07/81.

As conclusões desse GT foram as de manter a proposta de interdição do GT de 1979, apenas com a modificação do limite noroeste, onde os limites da Fazenda Londrina são estendidos até local próximo ao Rio Olouiná (vide no mapa, área sublinhada em azul).

O relatório do antropólogo Arthur Nobre Mendes (que apresenta os resultados dos estudos desse GT) enfatiza a precariedade do conhecimento existente na época sobre a organização social, econômica, política e religiosa do grupo tribal e, portanto, sobre sua forma de ocupação do espaço, descartando por isso o objetivo do GT que era o de propor a definição da área indígena. Diz ele na página 110 do processo 0292/78:

"...com estudos realizados pelo GT, sobre os índios Salumã, a intenção de proposta de área indígena ficou descartada, e pretendendo-se no momento uma interdição da área."

As propostas das equipes da FUNAI propunham a interdição de cerca de 640.000ha., para fins de atração dos índios Salumã e argumentavam ainda que esses índios ocupavam parte da reserva indígena Nhambiquara, ou seja, terras situadas acima da linha telegráfica.

Em 1980, Pe. Thomaz de Aquino Lisboa (MIA) apresenta outra proposta de interdição, argumentando que as propostas da FUNAI excluem importantes sítios de cultivo indígena e que





deveriam ser interditados cerca de seiscentos e noventa mil hectares.

Com base nestas propostas, o Chefe do DID/DGPI encaminha relatório datado de 07/07/82 (Ref. Proc. FUNAI/BSB/0292/78) propondo a interdição da área indígena Salumã de acordo com a proposta da Missão Anchieta (sublinhado em amarelo no mapa anexo). Afirma ele na página 131 do processo 0292/78:

"...depreende-se na leitura dos documentos disponíveis na FUNAI que, a Missão Anchieta está mais habilitada a informar sobre os interesses dos índios Salumã".

Com relação aos limites com a Fazenda Londrina, segundo relatório de Dolores Cornélia Pierson, Assessora do DGPI, (Fls. 176 e 177 do referido processo), constatou-se que as coordenadas apontadas na Certidão Negativa do fazendeiro não correspondem à plotação no mapa, fornecido pelo interessado. O mesmo relatório enfatiza a necessidade urgente de se retificar a Certidão Negativa expedida em 20/03/78, a pedido da Fazenda Londrina.

"...uma vez que a mesma não incide sobre a área da Fazenda e sim, sobre uma imensa área que abrange a margem direita do Rio Juruena — eleita área indígena Salumã desde 1979; a área eleita Nhambiquara em 1981 e o posto da Missão Anchieta" (Fls. 177).

Respondendo ao pedido de esclarecimento sobre a localização da sede da fazenda, seu limite e sobre a área de ocupação dos índios, a Missão Anchieta informa em carta de 15/03/83 que: 1) não existe picadão marcando o limite da fazenda com a área indígena; 2) não existe sede na fazenda, sendo que a área nunca foi efetivamente ocupada; 3) estabelece os limites dessa fazenda pela área de ocupação indígena, que vai até o córrego Anasseuinã. O que é uma informação correta pelo que pude constatar por ocasião de duas visitas à área.



No encontro havido no dia 11/09/84, na sede da Fazenda Juruena, entre o Titular da 5a. D.R., Pe. Thomaz de Aquino e Irmão Vicente Cañas, em função dos acontecimentos (já descritos neste relatório) que culminaram com a morte de duas pessoas, discutiu-se a necessidade da definição urgente da área Salumã. Foi solicitado pelo Titular da 5a. D.R. a formação imediata de um GT

"...para os estudos definitivos, para posterior homologação a exemplo da área Iranxe que já se encontra em elaboração final na DPI/BSB" (Fls. 230 do processo 292/78).

Na ocasião do encontro houve troca de idéias entre o Titular da 5a. D.R. e o Irmão Vicente Cañas sobre os limites da área a ser definida. O resultado desta conversa foi apresentado pelo Titular da 5a. D.R. como a nova proposta da Missão Anchieta para a definição da área (Fls. 225 do referido processo). Porém, segundo os representantes da Missão, aquela teria sido apenas uma conversa informal a respeito das possibilidades dos limites e não, como foi apresentado, uma proposta de definição dos mesmos.

Partindo dessa situação foi que os membros do GT se reuniram em Cuiabá tentando chegar a uma proposta de definição da área que pudesse ser aceita por todos os interessados.

Como já foi demonstrado neste relatório os Enauenê-Nauê (Salumã) ocupam parte da área Nhambiquara, toda a área eleita pelos GTs. anteriores e mais uma grande parte da área destinada à Estação Ecológica Iquê; esta última é a região das cabeceiras dos córregos Anasseuinã, Cauinara, rio Olouinã e Joaquim Rios, cuja importância para os índios só foi constatada no início de 1983 (conforme comunicação da Missão Anchieta à Presidência da FUNAI, datada de 15/03/83 - Fls. 194 e 195 do referido processo).

Essa área, pertencente à Estação Ecológica Iquê (SEMA), nunca foi efetivamente ocupada por ela já que o Decreto que



a instituiu é relativamente recente: Decreto nº 86.060 de 02/06/81. Até agora só foi construída a casa sede, um campo de pouso e um posto de vigilância, todos à beira da rodovia AR-1 (conforme consta no mapa). Segundo o representante da SEMA (na reunião de Cuiabá), planejavam só neste final de ano abrir uma estrada partindo da casa sede para o interior da área, em direção às nascentes do rio Olouiná, quando passariam efetivamente a ocupar a área e dar início a seu programa de pesquisas.

Porém, em vista dos últimos conflitos esse plano foi postergado até futura definição da área.

Na minha primeira visita aos Enauenê-Nauê, no mês de julho de 1984, pude sentir toda a preocupação e a urgência requerida pelos índios no reconhecimento de seu território. Demonstram excelente conhecimento de toda a área e dos limites mínimos de que necessitam para garantir a sua sobrevivência dentro de suas pautas culturais. Desenhando na areia do chão os rios e córregos da região mostram profunda familiaridade com todos os acidentes geográficos de seu território. Isso, de novo, ficou demonstrado na pronta reação que tiveram assim que esses limites foram violados.

#### IX. Proposta de Definição da Área Indígena Enauenê-Nauê (Salumã)

Conforme vimos no corpo do relatório, toda a área utilizada pelos índios é necessária à sua subsistência, em função da baixa fertilidade da terra e em função da pesca constituir sua base alimentar. Porém, levando-se em conta que ela é ocupada de forma desigual e que a Estação Ecológica Iquê já tem alguns investimentos na área além de ter como objetivo a preservação do meio ambiente, propomos juntamente com a Missão Anchieta, que a área indígena ENAUENÊ-NAUÊ (SALUMÃ) seja constituída pelo que a comunidade indígena considera o coração de



seu território, a área essencialmente vital para sua sobrevivência dentro de suas pautas culturais.

É a área sublinhada em verde no mapa e constitui a proposta de definição da área indígena Enauenê-Nauê desde que:

- 1) a faixa de terra entre as cabeceiras dos rios Iquê, Joaquim Rios, Olouiná, Cauinare, Anasseuinã e a rodovia AR-1 seja destinada ao SEMA para a manutenção da Estação Ecológica;
- 2) que a área limitada à leste pelo Rio Papagaio, rio Sapezal, ao sul pela linha do telégrafo até alcançar o rio Juína, ao norte pelo rio Juruena até a barra do córrego Cauinare e a oeste pela linha seca (em verde no mapa) que se inicia na barra do córrego Cauinare com o Juruena, seguindo pelo divisor de águas até o córrego Pedra de Fogo e dali seguindo pelo Juruena a jusante, seja também destinada a SEMA;
- 3) que se estabeleça um acordo com a SEMA garantindo aos índios a possibilidade da coleta e da pesca nestas duas áreas;
- 4) que se estabeleça num documento legal que: porventura algum dia estas duas áreas deixarem de constituir parte da Reserva Ecológica, passarão automaticamente a integrar a área indígena Enauenê-Nauê (Salumã).

Dessa forma a SEMA não ficaria prejudicada e a vizinhança dos índios constituiria uma garantia de preservação ecológica na região. Para os índios, a vizinhança da Estação Ecológica seria altamente positiva, pois ela funcionaria como um cinturão de proteção de seus limites e de preservação de seus meios de vida.

Toda essa área encontra-se sem sinais de ocupação, a não ser em alguns pontos limítrofes, conforme informamos detalhadamente no relatório de viagem (anexo 2). Estando a área com-



provadamente ocupada pelos índios, recomendo que as titulações porventura existentes devam ser anuladas, visto incidirem sobre área indígena.

Essa proposta de definição de área procura manter em suas linhas gerais o acordo preliminar (anexo 1), assinado por todos os membros deste GT (representantes da SEMA, INCRA, INTERMAT, MISSÃO ANCHIETA, FUNAI) e mais o Titular da 5a. Delegacia Regional da FUNAI, resultante das reuniões realizadas em Cuiabá, nos dias 25 e 26 de setembro de 1984.

Quanto à área entre o córrego Toluirí Mazé e o Rio 12 de Outubro, que faz limite com a área indígena Pirineus de Souza, seria recomendável que se criasse um Novo Grupo de Trabalho para realizar estudos na área visando a criação de uma reserva inter-tribal.

Parte dessa área é usada para coleta de frutas, raízes e mel pelos Enauenê-Nauê (Salumã). Outra parte é usada pelos Nhambiquaras para a extração da seringa. O rio 12 de Outubro, por sua vez, é usado por todos os índios da região. Dessa forma, essa cunha aberta entre a área Nhambiquara e a área Enauenê-Nauê (Salumã), se ocupada predatoriamente, pode trazer sérias conseqüências a essa população.

Seguem, em anexo, os demais documentos citados neste relatório.



## ANEXOS

ANEXO 1: Acordo Preliminar: Documento elaborado em Cuia-bã, nas reuniões dos dias 25 e 26 de setembro de 1984, e assinado pelos representantes do INCRA, INTERMAT, SEMA, FUNAI e Missão Anchieta. Acompanha mapa.

ANEXO 2: Relatório de Viagem: elaborado pelos membros do GT criado pela Portaria nº 1776 de 19/09/84. Acompanha mapa.

ANEXO 3: Mapa da área com as seguintes indicações:

- a) em traço verde: área proposta pelo atual GT e pela Missão Anchieta no presente relatório antropológico;
- b) em traço vermelho: área reservada à Estação Ecológica Iquê. Decreto nº 86.061/81;
- c) em traço amarelo: proposta de definição da área indígena Enauenê-Nauê (Salumã) feita pela Missão Anchieta em 1980;
- d) em traço azul: proposta de interdição da área apresentada pelo GT - Portaria nº 1057/E de 30/07/81;
- e) indicações desenhadas e escritas no mapa indicando os locais das aldeias (atuais - 1984), de roças, barragens, coleta de mel, frutas e raízes, estaquara para flechas e para as flautas sagradas, árvores para a produção do sal, locais de pescaria, locais de antigas aldeias. Estas indicações estão feitas com caneta esferográfica;
- f) a lápis: locais de ocupação não indígena: sedes de fazenda, derrubadas, queimadas, etc.;
- g) com tinta prateada: traçado aproximado da picada aberta dentro da área e local aproximado do conflito que resultou nas duas mortes.



ACORDO PRELIMINAR

Em reunião com representantes da INTERMAT, SEMA, INCRA, FUNAI e MISSÃO ANCHIETA, abaixo assinados, realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 1984, chegou-se ao seguinte acordo preliminar, com relação aos limites da área da nação Eanuonê-Nauê (Salumã):

- 1) Área destinada a integrar a Estação Ecológica Iquê-Juruena, da SEMA, remanescente do Decr. 86.061/81;
- 2) Território destinado aos índios Eanuonê-Nauê (Salumã);
- 3) Área destinada a integrar a Estação Ecológica da SEMA, objeto de estudos e levantamentos fundiários;
- 4) Área questionada com referência à fronteira leste;
- 5) Faixa de proteção antropológica em estudo.

O Grupo de Trabalho criado pela Portaria FUNAI nº 1766/E de 19/09/84 (anexa), se deslocará para as áreas objeto de estudos conforme mapa anexo, e acima citadas, a fim de cumprir as determinações contidas na Portaria retro mencionada.



## RELATÓRIO

Relatório sobre a área de estudos do GT, criado pela portaria da FUNAI nº 1776 de 19/09/84, para identificação da área indígena Salumã. Essa área de estudos foi definida em reuniões nos dias 25 e 26/09/84, na sede da 5a. DR/FUNAI em Cuiabá, na qual participaram representantes da FUNAI, da Missão Anchieta, da SEMA, do INCRA e INTERMAT, onde se chegou a um acordo preliminar registrado em documento anexo.

Cumprindo as determinações dessa Portaria, nos deslocamos para a área em questão, tomando a Fazenda Juruena como base de operações. No entanto, uma série de circunstâncias adversas impediram o reconhecimento da área por terra. Entre elas, o clima de grande tensão resultante de boatos e notícias sobre a preparação de uma expedição punitiva por parte dos fazendeiros de Juína e o fato de que nessa época do ano as águas estão baixas, impedindo a penetração pelo rio Iquê.

Nesse contexto, tudo o que pudemos fazer foi um sobrevôo cuidadoso da área, em duas etapas:

1a. etapa: saindo da Fazenda Juruena, seguindo o rio Papagaio, a montante até o rio Sapezal em sua barra, seguindo por ele a montante até encontrar a linha telegráfica. Nesse trecho, não encontramos nenhum sinal de ocupação da área. Seguindo a linha telegráfica, até encontrar o rio Juruena pudemos constatar ocupação ao sul e ao norte da linha. Ao norte, dentro da área de estudo, localizamos em sucessão: 1) Uma casa, com trator ao lado e uma queimada; 2) uma estrada, quase perpendicular à linha telegráfica, levando à sede de outra fazenda, com outras construções ao lado e vários caminhos, onde se avistava uma extensa derrubada; 3) em seguida ainda outra casa.

Seguindo o rio Juruena no sentido jusante, avistamos pouco antes da barra do rio Juína, uma capoeira nova de aproxima





damente dois anos, indicando local de roça dos índios, na margem esquerda do rio Juruena. Continuando na mesma direção, avistamos na barra do rio Camararé uma aldeia com várias casas e roças recentes dos índios. Seguindo ainda pelo rio Juruena, avistamos a barra do rio Oloinã e, logo após a ilha Ceci, o barraco do Ir. Vicente Cañhas. No mesmo rumo, logo após a barra do córrego Anasseuinã avista-se a jusante desse córrego, a aproximadamente 2 Km uma capoeira nova, de cerca de dois anos, indicando local de roça dos índios. Próximo à barra do rio Papagaio avistamos uma antiga derrubada da Fazenda Londrina, abandonada sem nenhum aproveitamento da área, há cerca de seis anos logo após avistamos um picadão da mesma fazenda, perpendicular ao rio Juruena.

No dia seguinte, saímos pela manhã, viando baixo, seguindo o rio Juruena a montante, avistando pouco antes da barra do rio Olouinã uma pequena clareira na margem esquerda do rio Juruena de onde partia uma picada, feita por civilizados, a qual, segundo testemunho do Ir. Vicente foi a que deu origem à morte de dois indivíduos no início do mês de setembro. Seguindo ainda o rio Juruena até a barra do rio Camará e daí até a barra do rio Iquê. Seguindo por ele a montante visualizando uma aldeia com 12 casas e várias roças ao redor, próxima a um dos braços do rio Joaquim Rios. Seguindo ainda pelo Iquê a montante, logo após o salto Joaquim Rios, localizamos, já fora da área em estudo, uma estrada e um posto de fiscalização interestadual.

Daí seguimos sobre a Rodovia AR-1 em direção à Juína até encontrar os limites da área ecológica Iquê, identificando o picadão que marca os limites e sua casa-sede. Neste trecho visualizamos, em sucessão, na faixa de terra que acompanha a estrada, dentro da área estudada: 1) uma queimada logo após o limite interestadual; 2) uma entrada para cascalheira; 3) uma derrubada; 4) uma cascalheira; 5) uma derrubada e uma casa; 6) uma cascalheira; 7) uma derrubada e uma casa; 8) uma cascalheira; 8) um conjunto de 6 casas e uma derrubada. Essa ocupa



ção se limitava a uma faixa contígua à estrada, não se aprofundando na área.

Voltando por esse trecho até o Salto Joaquim Rios, de lá em linha reta até o rio 12 de Outubro, não se avistando nenhum vestígio de ocupação neste trecho. Descendo pelo rio 12 de Outubro até a barra com o rio Camaré, seguindo por este rio à jusante avistamos à sua direita outra aldeia, com 9 casas e muitas roças ao redor. De lá, voltando a seguir pelo Rio Camararé a jusante, seguindo por ele até o Córrego Anasseuinã, acompanhando esse córrego em direção à sua cabeceira e de lá até alcançar a cabeceira do Rio Preto.

No trecho compreendido entre o Córrego Cauñare, o Córrego Anasseuinã e o rio Preto não se avistou sinais de ocupação.

Do rio Preto voltando à Fazenda Juruena finalizando o reconhecimento da área.

Com as informações de pesquisas na área realizadas pelo GT criado pela Portaria nº 630/E de 22 de outubro de 1979, pelo GT criado pela Portaria nº 357/P de 09 de julho de 1981, e pela avaliação da área indígena Salumã realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE -, dentro do Projeto de Avaliação de Áreas Indígenas do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas na Área de Influência do Projeto Polonoroeste, realizada em julho de 1984, a FUNAI propõe que seja decretada como área indígena o território assinalado em mapa em anexo, conforme definição da comunidade indígena Enauenê-Nauê (Salumã) apresentada pela Missão Anchieta.

O Memorial Descritivo e o Relatório Antropológico descrevendo e fundamentando os limites da área seguirão posteriormente, no prazo de 30 dias previsto pela Portaria que criou este Grupo de Trabalho.

Finalizando, queríamos ressaltar que esta proposta de definição da área indígena é de responsabilidade exclusiva do antropólogo Rinaldo S.V. Arruda, designado pela FUNAI, secundada pela 5a. D.R. e da Missão Anchieta, que exerce a tutela



direta dessa comunidade. Os demais participantes do grupo de trabalho apenas confirmam a descrição contida no início deste relatório de campo.

Q U A D R O I L U S T R A T I V O - ATIVIDADES PRODUTIVAS ANUAIS, FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PARA O TRABALHO, LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NA ÁREA

Atividades Meses	Formas de organização para as atividades	Localização	Rituais que antecedem pesca de barragem	Pesca de barragem	Rituais que antecedem e acompanham roças de mandioca, feijão, algodão, batata, cará	Derrubada, queimada, plantio. roças de mandioca	Preparo de roças de milho	Rituais e coleta das roças de mandioca	Coleta: mel, frutas, tãquara, casca de árvore, etc.	Colheita do milho
Janeiro	Clânica	Aldeia Principal								
Fevereiro	Clânica	Rios: Iquê 12 de outubro, Joaquim Rios, Olovinã								
Março	Clânica	Idem. Base: Aldeias Secundárias								
Abril	Clânica comunitária	Idem. Aldeia principal								
Maio	Comunitária	Aldeia principal								
Junho	Comunitária	Aldeia principal								
Julho	Comunitária	Aldeia principal Outras aldeias					Dispersão p/outras aldeias			
Agosto	Familiar	Outras aldeias								
Setembro	Familiar	Outras aldeias								
Outubro	Comunitário	Aldeia principal								
Novembro	Familiar	Outras aldeias								
Dezembro	Familiar	Outras aldeias								